



ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA: UMA EXPERIÊNCIA: BANCO SOLIDÁRIO QUILOMBOLA DO IGUAPE

Tereza Sueli Souza Eça
Universidade Maria Milza-FAMAM
souzaeca@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária é uma oportunidade de se inserir na economia, tendo em vista as reais condições em que se encontra a economia convencional da atual sociedade. Esse tipo de economia deu seus primeiros passos na Inglaterra, como resposta à Revolução Industrial. Em outros países, teve outras nomenclaturas. No Brasil, o termo Economia Solidária ganhou certo impulso no final da década de noventa, tendo em vista o evidente número de pessoas desempregadas que buscavam uma alternativa para resolver as questões, não só de ordem econômica, mas também social.

Assim, essa economia está intimamente relacionada à relação de trabalho, já que o marco referencial desta se constitui no bojo do desemprego, em que pessoas e grupos estavam preocupados em resolver o problema do desemprego. Dessa forma, notou-se que seria possível criar alternativa que viabilizassem emprego e renda. Nesse contexto, foi permitido que uma pessoa pudesse participar ativamente de todos os movimentos relacionados à economia e à política nas mais variadas esferas da localidade onde está inserida.

Dentro dessa perspectiva, este artigo traz a proposta de fazer uma reflexão sobre essa problemática, partindo da análise do contexto histórico no Brasil, há uma alternativa possível aqui na Bahia. Para desenvolver este trabalho, buscamos analisar a ótica de alguns autores focados na dinâmica dessa economia.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica sobre esta temática a partir dos autores: Maria Nezilda Culti; Livro: Econômica Democracia, os desafios da economia solidária de Diplomatique Le Monde, além de visitar o Banco Solidário de Iguape.



2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A Economia Solidária chegou ao Brasil em meados da década de noventa, já em pleno século XX, teve suas origens dentro dos movimentos sociais, ainda no Regime Militar, seguindo até 1985. Após esse período, surge a economia neoliberal que favoreceu o mercado das importações, essa estratégia apontava para uma provável crise, pois os juros pagos eram os mais elevados, o que estagnou a economia e, conseqüentemente, o desenvolvimento do país. Desse modelo econômico, restou um rastro alarmante de desempregados, pois as empresas não suportaram os encargos, as altas taxas de juros, bem como a redução da produtividade.

O advento da Economia Solidária repercutiu positivamente, pois resgatou valores antes aniquilados e, até o momento, adormecidos. Quando tudo parecia estar perdido, essa economia trouxe novos horizontes e novas oportunidades. Mas nem tudo seguia sem questionamentos, já que alguns duvidavam da possibilidade de essa economia seguir, pois a achavam utópica, idealista e sem causa. Para a massa de desempregados, era a hora de provar o gosto de colaboração e de cooperar coletivamente, vendo na economia solidária um porto seguro que seguia na contramão do capitalismo e dos patrões, tendo como um dos objetivos não só trabalho, mas renda, autoestima, valorização e solidariedade, com administração democrática e participativa.

Dentro desse contexto, em 2013, a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES terminou o Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, o qual tinha como base permitir a articulação, interação e visibilidade dessa economia pelo país e tornar possível empreender de forma articulada, mas de modo autogestacional. Assim, certificar que a Economia Solidária era uma realidade e, como tal, devia ser visualizada com suas especificidades.

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao longo do tempo, a história mostra vários modos de produção, já que as forças produtivas se organizam com o objetivo da produtividade e, conseqüentemente, do lucro; mas nem sempre foi assim, já houve tempos em que o homem apenas absorvia o necessário para sua sobrevivência e não como ocorre atualmente, com interesse de acúmulo de capital. Dessa forma, o resultado foi partir em busca de alternativas que viabilizassem oportunidades de



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

inserção na sociedade e com igualdade de condições, foi com esse objetivo que surgiu a Economia Solidária.

Como afirma Kliass (2012, p. 01):

A História da humanidade está marcada por um processo contínuo e crescente de desenvolvimento das forças produtivas e de avanço do ser humano sobre o espaço natural. E isso se deu desde os primeiros registros de organização social, ainda sob a forma de coletores ou caçadores até o quadro atual de atividades que colocam em risco a sobrevivência do planeta e da própria espécie.

Segundo Culti (2010, p. 10),

A economia solidária é um modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia o trabalho associado, a cooperação e a autogestão. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob a forma de associações, cooperativas, redes de cooperação e grupos informais de produção, entre outros.

A Economia Solidária é um modelo de economia que procura beneficiar algumas organizações que têm proposta de resolver a questão do desemprego, a partir de grupos que formalizam incubadoras, dentro de movimentos sociais, nos vários contextos da sociedade, propondo articulações populares nas quais seja possível produzir e comercializar os produtos que os eles constroem, produzem e plantam.

Ainda segundo Culti (2010, p.15),

a economia solidária vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregados e pelos empobrecidos.

Alguns acreditam que a Economia Solidária é a economia dos excluídos, dos não acolhidos pela sociedade capitalista, dos que estão à margem da sociedade em relação aos bem empregados e que têm acesso aos melhores salários. Na verdade, esses excluídos veem na Economia Solidária a oportunidade da inclusão, o fim da discriminação por estarem do outro lado, pois terão acesso ao emprego e um salário, podendo ser até autônomo.

Essa é uma possibilidade de mostrar a renovação, levando em consideração as gigantescas barreiras que os impedem de competir em igualdade de condições com os que sempre tiveram oportunidades. É a hora e a vez de superar os obstáculos e superá-los, vale pontuar que entre todas as dificuldades enfrentadas por esses grupos, a mais comum é a



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

escolarização, já que estudar e trabalhar nunca foi fácil, e se não tem emprego, ninguém se sente motivado para prosseguir.

Assim, Culti (2010, p.18) afirma: “Sabemos que as dificuldades são imensas; existe uma série de barreiras que precisam ser rompidas e superadas, com maior ou menor facilidade e que demandam um tempo que é próprio de cada indivíduo e de cada grupo, especialmente os relativos à escolaridade”.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DE INICIATIVAS LOCAIS

Esse tipo de economia tem uma forma diferente de produzir, trocar, comprar o que vai precisar no dia a dia para a sobrevivência. Geralmente, a economia tradicional é regida pelos donos da prosperidade, do comércio, bem como pela diferença entre patrões e empregados. No modelo solidário, porém os empregados também são donos, os resultados são socializados, e eles podem tomar decisões, participar ativamente de todo movimento econômico na comunidade que adotou essa prática. Segundo Le Monde (2008, p. 61), “o resultado é que as próprias comunidades deixam ser pequenas demais, para serem viáveis, pois podem se articular de maneira criativa e diferenciada nas diversas territorialidades.”.

Nessas localidades, a população excluída, estando sem alternativa de trabalho, após conhecer e acreditar nesse modelo de economia passa a denominar como a cultura do desenvolvimento, ou seja: conforme ressalta Le Monde (2008, p. 62-63), “o desenvolvimento deixa de ser uma coisa que se espera pacientemente, torna-se uma coisa que se faz, inclusive no aspecto da organização dos aportes externos. [...] Eles acham que o desenvolvimento não espera, se faz”.

Nesse contexto, essas ações são alternativas econômicas que podem ser desenvolvidas tanto no campo como na cidade, onde existem pessoas que se organizam em busca de uma produção diferenciada, criam associações e cooperativas, podendo ser a agricultura familiar, associações de bordadeiras, cooperativas de coletas, redes de produção, comercialização e consumo, dando prioridade a consumir o que produzem.

Diante desse tipo de economia, na qual se restauram novos princípios do potencial não só econômico como político e administrativo, em que as pessoas resgatam a autoestima e estabelecem metas nunca antes imaginadas, transformando cidadãos participativos em todas as esferas desse processo. Como afirma Le Monde (2008, p. 64):



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Na nossa visão, resgatar o potencial econômico da gestão local não envolve apenas eficiência de gestão empresarial e pública, envolve também colocar uma parte maior da economia na escala onde as pessoas têm sobre ela um controle maior, resgatando assim o controle sobre as suas próprias vidas. Uma economia que passa a pertencer ao cidadão abre mais espaço para uma política que pertença ao cidadão.

Dentro dessa economia, uma parte considerável da população pode ser aproveitada, tendo em vista o número altíssimo de exclusão do mercado. Os vulneráveis e excluídos se apegam a essa possibilidade como uma chance de empoderamento, oportunizando trabalho e compra em vários seguimentos de produtividade.

Frente ao exposto, essas alternativas também criam projetos coletivos populares, caminho para o empreendedorismo popular, o qual se configura pelas pequenas empresas autogestacionais. Assim, dinamizam a economia local, garantindo melhor condição de vida aos antes desempregados. Outro aspecto positivo da economia solidária é que ela se baseia na preservação do meio ambiente, esse aspecto enriquece cada vez mais a questão ambiental e a social, caminhando sempre juntas.

Inicialmente, focados na conscientização sobre o uso racional e responsável dos recursos naturais tanto na zona rural como urbana, buscam uma melhor qualidade de vida através do desenvolvimento também sustentável.

Todas as alternativas que respeitam os princípios da economia solidária trazem efeitos positivos diretos na qualidade de vida da população que estiver engajada nesse projeto, já que essa iniciativa nunca visa ao lucro a priori, mas através do trabalho e de ações descentralizadas e participativas, priorizando o uso racional dos recursos naturais, toda a população local será beneficiada; é o caso do capital social, uma moeda própria, associações de fruticultura, entre outras iniciativas. Le Monde (2008, p. 68) afirma que:

Têm como efeito direto a melhoria das condições de vida da população, e como efeito indireto, ao serem organizadas de maneira descentralizada e participativa, a construção de um capital social que permite uma melhor organização da sociedade em torno aos seus habitantes.

Na busca pela transformação social, via desenvolvimento local, o município pode criar momentos de conscientização, bem como, momentos de saber o que a população pensa sobre o assunto e aproveitando os momentos de encontros para se fortalecer, mostrando algumas alternativas já existentes e que estão dando certo.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Ainda seguindo os princípios do desenvolvimento local, Le Monde (2008, p. 71) sugere algumas estratégias:

- ✓ Aprender com os outros;
- ✓ A organização de sistemas de informação;
- ✓ A articulação do apoio financeiro;
- ✓ A apropriação de novas tecnologias;
- ✓ A promoção de redes de trabalho social;
- ✓ A geração de uma capacitação local de comunicação e mobilização.

2.3 COMO COMERCIALIZAR DENTRO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Inicialmente, os primeiros passos devem ser bastante planejados, levando-se em consideração as reais possibilidades de que toda produção será escoada, vendida, comercializada, tendo em vista que estamos nos referindo a uma espécie de mercado e, como tal, carece de consumidor imediato, pois os empreendedores solidários objetivam comercializar seus produtos.

Dentro desse contexto, é necessário dinamizar alternativas para que os produtos sejam comercializados entre os mesmos empreendedores, e que sejam produtos do cotidiano no qual a pessoa esteja, constantemente, necessitando destes, pois só assim tais produtos terão rotatividade suficiente para gerar lucro aceitável que mantenha ativo o mercado solidário. Como diz Addor (2016, p. 02-03),

a ideia é construir vínculos entre empreendimentos que respeitem os princípios da Economia Solidária como uma forma de criar um mercado solidário. Os integrantes dessa rede procurariam sempre comercializar produtos entre eles. Essa interação traria maiores possibilidades de sustentação e desenvolvimento das cooperativas ou empresas autogestionárias que estivessem envolvidas.

Assim, ao longo desse processo, é interessante que se mantenha em constante movimento de comercialização e com princípios da produtividade solidária, na qual produtores e consumidores façam parte da cadeia do mercado solidário que será estruturado na esfera local, sem perder de vista o principal objetivo, que é fortalecimento da economia local, como sustentáculo da Economia Solidária.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Segundo Addor (2016), esse tipo de economia deve obedecer a alguns princípios de comercialização para que se mantenha autossustentável.

O primeiro é quanto ao desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias [...] é um desafio desenvolver esses relacionamentos baseando-os em princípios solidários e democráticos [...]. E o segundo ponto, refere-se à formação de arranjos produtivos como meio de desenvolvimento local através da economia solidária. Novamente se objetiva uma estruturação coletiva das ações de economia solidária como possibilidade de fortalecimento das economias locais. (p. 3-4).

3 UMA EXPERIÊNCIA: BANCO SOLIDÁRIO QUILOMBOLA DO IGUAPE

Atualmente, algumas comunidades se preocupam com a inclusão social, resultado da relação excludente do sistema capitalista, bem como da globalização que traz consigo ações excludentes. Assim, a moeda social é uma iniciativa que propõe atenuar a questão. Segundo Freire (2008, p. 20), a diferença entre a moeda Nacional e a Moeda Social é:

"Moeda Nacional" x "Moeda Social"

BANCO CENTRAL DO BRASIL SEBRAE BRASIL GOVERNO FEDERAL

MOEDA NACIONAL	MOEDA SOCIAL
(1) Moeda fiduciária oficial.	(1) Complementar à moeda fiduciária oficial.
(2) Três funções: unidade de conta, meio de troca e reserva de valor.	(2) Não cumpre todas as funções da moeda => meio de troca.
(3) Curso legal e uso obrigatório por lei, garantida e monopolizada pelo Estado.	(3) Ninguém é (ou pode ser) obrigado a aceitar uma moeda social ou a participar de um sistema de moedas sociais.
(4) Conectada diretamente com as finanças públicas (dívida pública e direito público)	(4) Direito dos contratos e direito das obrigações (obrigações privadas e direito privado)
(5) 95% - moeda bancária privada (propriedade privada e dívida privada) Depósitos bancários Juros compostos Crescimento exponencial	(5) RECIPROCIDADE, MUTUALISMO (propriedade comunitária) Diversos tipos de incentivos à circulação Evita juros compostos Crescimento similar ao da economia real.
(6) Exclusão social Pessoas não bancarizadas Custo do crédito Concentração financeira	(6) Inclusão Social => a atividade do sistema funciona de maneira anticíclica Nível de emprego na economia formal. Política monetária. Desconcentração financeira.

VII Seminário Banco Central sobre Microfinanças 20



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Analisando sob esse prisma, a moeda social surge com o compromisso de aumentar o poder de compra da comunidade local e, assim, também, impulsionar o comércio e valorizar a política econômica e social daquela localidade. Ela objetiva valorizar o ser humano, sua produção, garantir-lhe o consumo, ela busca resolver as questões de ordem interna, como: financiamento para os pequenos produtores, o aumento de renda, o crédito e a justiça social.

Nesse contexto, a moeda social agrega os interesses, administra e coordena as atividades que movimentam a economia local através dos anseios da política dos associados.

Com a intenção de promover serviços financeiros como crédito, conta corrente, cartão de crédito para a população, que anteriormente buscava tais serviços em realidades que não atendiam aos anseios da comunidade, fator que, pelo contrário, só empobreciam mais aos que já estavam excluídos. Assim, Freire (2008, p.15) explica como seria mais compensador se parte do mecanismo financeiro estivesse inserido na própria comunidade; é dessa ideia que surge o banco solidário, com vários elementos que só vêm a acrescentar à comunidade e que atendam às necessidades do local. Foi dessa vontade de igualdade social e de atender aos mais empobrecidos que surgiram os bancos solidários que são:

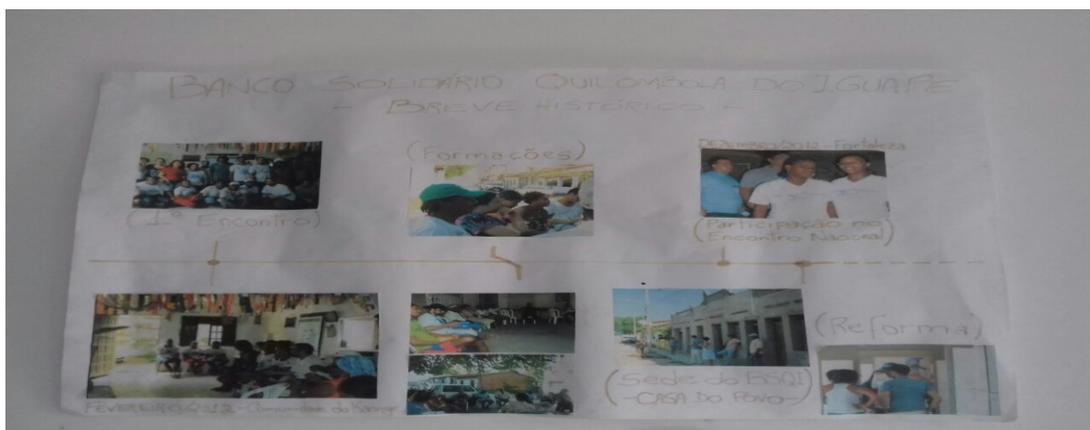
Um conjunto de arranjos contratuais que especificam interesses comuns e estabelecem mecanismos de participação dos associados e os métodos de coordenação e administração de atividades econômicas locais, permitindo que os indivíduos exerçam maior controle sobre a criação e uso da moeda que utilizam para a realização de trocas, de acordo com a vontade política da comunidade.

Nesse caso, o Banco Solidário Quilombola do Iguape está localizado numa comunidade do município de Cachoeira e tem como base fundamental a sustentabilidade local. Essa moeda social emerge para fortalecer a economia como uma alternativa própria daquela comunidade e como uma forma de empreender o desenvolvimento, beneficiando o mercado do trabalho.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Imagem registrada no interior do Banco Solidário Quilombola de Iguape



Fonte: Próprio autor, 2016

Segundo Rigo (2014), o Banco Solidário de Iguape foi inaugurado em 20 de novembro (dia da consciência negra) de 2013, o BSQI é um dos diversos instrumentos de desenvolvimento comunitário empreendido pela comunidade quilombola do Vale do Iguape.

Essa região da Bacia do Iguape está localizada no município de Cachoeira, no Território de Identidade do Recôncavo Baiano. Nesse contexto, merece ressaltar que há vários séculos os negros escravizados libertos ou não, encontram nela um espaço que permitiu agregar outras comunidades quilombolas, como é o caso das comunidades Kaonge, e Kalolé, dentre outros. É importante dizer que o termo conhecido para essa região é Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu. Nela vivem em média de 3.500 pessoas, todas agrupadas e organizadas em associações conscientes e articulando para desenvolvimento local.

Em visita feita ao Banco Solidário Quilombola do Iguape, foi possível ver que a comunidade continua mantendo suas tradições intactas, inclusive a religiosidade, o trabalho coletivo, a culinária, o figurino (indumentária) e relação com a natureza.

Outro aspecto que merece destaque é a relação que a comunidade local tem com a água, os manguezais, os mariscos e peixes. Sob a ótica da economia solidária e sustentável da natureza, eles também extraem o que necessitam, assim produzem dendê, cultivam ostras, plantas medicinais que fazem xaropes e chás, além de estarem também abrindo horizontes para o turismo, esses elementos promovem a produção, a comercialização e o empoderamento local.

Geralmente, a moeda social é de uso restrito à comunidade, onde é possível a troca e a venda de toda produção e comercialização local, logo, este conceito solidário de finanças



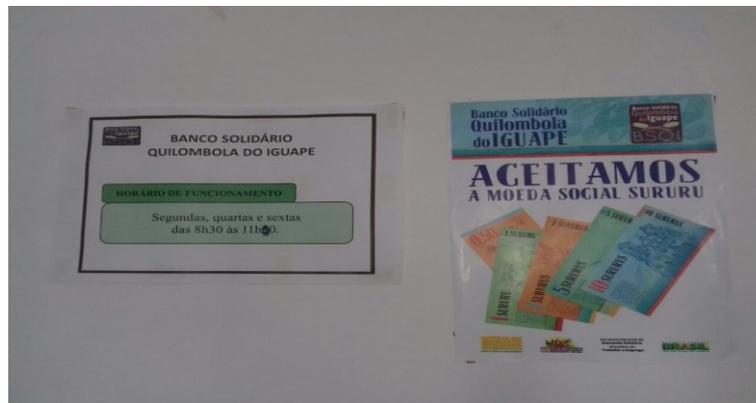
VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

tem uma visão para além da visão capitalista, na qual o poder econômico está na mão da minoria. Na economia solidária, o poder é comum a todos os envolvidos, assim, o poder econômico não é engessado na mão de poucos, nem centralizador. Nesse contexto, a moeda social visa à inclusão social. Como adverte Freire (2008, p.14),

Criados e administrados pelos usuários, por meio de organizações sem fins lucrativos, com fundamento em relações econômicas de cooperação e solidariedade dos participantes de determinadas comunidades, independentemente do exercício de qualquer forma de intermediação financeira.

Quando a comunidade aceita e acredita nos benefícios e começa a participar desse projeto de economia, toda a comunidade percebe a importância e o valor de implementar uma alternativa econômica, já que comprovadamente existe uma redistribuição da renda entre os indivíduos nativos. Com o aumento da renda local, por conta da nova moeda, surgem várias alternativas que só podem ser realizadas no universo da comunidade em questão. Esse fator traz para essa comunidade mais força econômica para os grupos inseridos, permitindo, assim, o desenvolvimento local, que nesse caso, vem pela moeda denominada de Sururu.

Imagem registrada no interior do Banco Solidário Quilombola de Iguape



Fonte: Próprio autor, 2016

Segundo Rigo (2014, p.03), a denominação do termo Sururu, se deve a:

Sururu é um molusco de sabor característico, muito típico na região e um item natural de grande importância como fonte de renda de parte da população do Vale do Iguape. [...] A escolha do nome da moeda, assim como todas as demais tomadas de decisão, foram feitas de maneira coletiva e com o intuito de eleger elementos que de fato representassem a comunidade.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

criados e administrados pelos usuários, por meio de organizações sem fins lucrativos, com fundamento em relações econômicas de cooperação e solidariedade dos participantes de determinadas comunidades, independentemente do exercício de qualquer forma de intermediação financeira.

Segundo ideias de Freire (2008), a moeda social não visa à exploração comercial do dinheiro, pois tem como objetivo a justiça social e o bem-estar dos indivíduos da comunidade local, melhorando a qualidade de vida dos envolvidos, ou seja: “É uma nova maneira de promover a integração das pessoas ao mercado de trabalho (art. 203, CRFB). [...] – Não é um programa de transferência de riqueza das camadas mais ricas da população para as mais pobres”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo propusemos uma reflexão sobre o desafio de resolver a questão do desenvolvimento econômico solidário, partindo do princípio do fortalecimento local associado à empregabilidade dos que estão à margem do atual sistema de produção capitalista. Assim, a Economia Solidária é apresentada como uma alternativa para resolver os desafios desse grupo de pessoas que estão na faixa dos excluídos, dos marginalizados pelo modo de produção vigente.

Nessa comunidade, onde há como fator preponderante e incentivador o Banco Solidário Quilombola do Iguape, os produtos produzidos na comunidade permitem a evolução econômica de todos os envolvidos, promovendo o poder de compra, o empoderamento através do crédito, bem como o acesso a produtos nunca antes permitidos por falta de políticas públicas que resolvessem os problemas sociais, principalmente a desigualdade. E, finalmente, promovem a autoestima dos envolvidos com mais emprego local, logo que exista a possibilidade de se fazer investimentos e fazer o diferencial, ganhando credibilidade e sustentabilidade dentro da ótica democrática da cooperação e da coletividade.

O desenvolvimento de políticas públicas de finanças solidárias por meio da emissão de moedas sociais dos bancos comunitários pode ser uma condição essencial para a redução das desigualdades sociais e regionais, contribuindo para a erradicação da pobreza local e no Brasil.

Vale pontuar que o Banco Solidário Quilombola de Iguape, além de ser uma alternativa com proposta sustentável, também tem uma ótica solidária, já que toda a comunidade participa e tem as mesmas oportunidades, quanto a produzir, comercializar e



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

trocar, fazendo circular e aumentar o poder de compra da comunidade local, bem como, traz a proposta de aumentar o mercado de trabalho local, valorizando o ser humano, focado no bem-estar social de todos.

Dentro desse contexto, vale lembrar que essa iniciativa de criar um Banco Solidário numa comunidade que tem um histórico de exclusão social, visa promover o desenvolvimento local, mas também o todo que envolve o econômico, o social e o financeiro da comunidade.

Dessa forma, os associados acreditam ser possível resolver grande parte da desigualdade social da comunidade na qual estão inseridos. Além disso, tem uma responsabilidade social de integração com os que estão às margens do sistema capitalista e que pretendem ser inseridos no mercado, promovendo o empoderamento destes. Como afirma Culti (2010, p. 21)

Além disso, se é o mercado que exclui e gera o excedente de pessoas empobrecidas, seria necessário devolver-lhe essa responsabilidade e buscar ali alternativas viáveis; por isso, a idéia da convivência pactuada com autonomia também para a economia solidária. Vivemos numa sociedade democrática, na qual os interesses de todos, para serem garantidos, passam por regras de convivência, sem distinções, fazendo-se assim a justiça social. Portanto, a economia solidária é um desafio num campo aberto de possibilidades.

REFERÊNCIAS

ARIÁDNE, Rigo. **VIII ENAPEGS**. Cachoeira, 2014.

CULTI, Maria Nezilda. **Economia solidária no Brasil**: Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários, São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DEMOCRACIA Econômica. **bancos comunitários** - uma estratégia de economia solidária para a inclusão financeira e bancária. Piranhas: Instituto Palmas; Fortaleza, CE: Rede Cearense de Bancos Comunitários, s/d. Cartilha.

DMT. **Em debate a democracia e o mundo do trabalho**. As faces da economia solidária no Brasil. Grupo Ecosol. 2014. Disponível em: <http://www.dmtmdebate.com.br/as-faces-da-economia-solidaria/>. Acesso: 29 set. 2016.

FILHO, Genauto Carvalho de França; DZIMIRA, Sylvain. **Economia solidária e dádiva**. Organ. Soc. vol.6 n.14 Salvador Jan./Apr. 1999.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **O que é Economia Solidária**. 2013. Disponível em: <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso: 29 set. 2016.

FREIRE, Maruza. **Moedas sociais**: aspectos relevantes. VII Seminário de Finanças do Banco Central sobre Microfinanças. Belo Horizonte, 2008.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

KLIASS, Paulo. **Economia verde e mercantilização do Meio Ambiente**, 2012.

LE MONDE, Diplomatique. **Desafios da economia solidária**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. **Economia Solidária**, v. I. 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>. Acesso: 29 set. 2016.

MEDINA, Valdique Martins; PEREIRA, Marcio Eduardo Canto. **Pós Colheita**. Capítulo XII. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Livro_Banana_Cap_12ID-ZU0HVGp1W7.pdf. Acesso em: 29 set. 2016.

ZENI, Bruno Navilli; KUDO, Hugo Wesley; KURODA, Jairo Yukio. **Realidade virtual e processos de manufatura, produção, beneficiamento e distribuição de banana**. Marília, 2006.